



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Aviso n.º 10796/2016

Procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de 1 posto de trabalho para a categoria de assessor parlamentar do mapa de pessoal da Assembleia da República na área de Relações Internacionais. (PCC/04/2015)

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º, conjugados com o previsto na alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º, ambos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, aplicada subsidiariamente à Assembleia da República, torna-se pública a homologação da lista unitária de ordenação final, por despacho do Secretário-Geral da Assembleia da República, de 23 de agosto de 2016, referente ao procedimento concursal, acima identificado, aberto pelo aviso n.º 5560/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 22 de maio de 2015, e notificam-se os candidatos aprovados e excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção deste procedimento concursal, do respetivo ato de homologação.

2 — Mais se informa, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 36.º da citada Portaria, que a lista unitária de ordenação final deste procedimento concursal homologada se encontra afixada nos locais de estilo das instalações da Assembleia da República sitas no Palácio de São Bento e na Avenida D. Carlos I, n.ºs 128-132, em Lisboa, e encontra-se igualmente disponível na respetiva página eletrónica em <http://www.parlamento.pt/GestaoAR/Paginas/RecrutamentodePessoal.aspx>

25 de agosto de 2016. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

209830666

Aviso n.º 10797/2016

Procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de 2 postos de trabalho para a categoria de assessor parlamentar do mapa de pessoal da Assembleia da República na área de Redação.

(PCC/06/2015)

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º, conjugados com o previsto na alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º, ambos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, aplicada subsidiariamente à Assembleia da República, torna-se pública a homologação da lista unitária de ordenação final, por despacho do Secretário-Geral da Assembleia da República, de 23 de agosto de 2016, referente ao procedimento concursal, acima identificado, aberto pelo aviso n.º 5558/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 22 de maio de 2015, e notificam-se os candidatos aprovados e excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção deste procedimento concursal, do respetivo ato de homologação.

2 — Mais se informa, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 36.º da citada Portaria, que a lista unitária de ordenação final deste procedimento concursal homologada se encontra afixada nos locais de estilo das instalações da Assembleia da República sitas no Palácio de São Bento e na Avenida D. Carlos I, n.ºs 128-132, em Lisboa, e encontra-se igualmente disponível na respetiva página eletrónica em <http://www.parlamento.pt/GestaoAR/Paginas/RecrutamentodePessoal.aspx>

25 de agosto de 2016. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

209830682



PARTE C

DEFESA NACIONAL

Autoridade Marítima Nacional

Direção-Geral da Autoridade Marítima

Edital n.º 818/2016

O Capitão-tenente Rodrigo Gonzalez dos Paços, Capitão do Porto de Caminha, usando das competências que lhe conferem as leis e regulamentos em vigor e no seguimento das normas aprovadas em sede da Comissão Permanente Internacional do Rio Minho (CPIRM) ao abrigo do artigo 45.º do Decreto n.º 8/2008, de 9 de abril, Regulamento da Pesca no Troço Internacional do Rio Minho (RPTIRM), conjugado com o n.º 3 do artigo 7.º, n.º 2 do artigo 9.º, artigo 11.º, 12.º e n.º 1 do artigo 14.º, do mesmo diploma legal, faz saber e torna público o Edital para o exercício da pesca no Troço Internacional do Rio Minho (TIRM), temporada de 2016/2017:

I. Regras gerais

1 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, esclarece-se que o período de proibição da pesca profissional ao domingo, definido no n.º 3 do artigo 10.º do RPTIRM, corresponde ao período compreendido entre as 23:00 horas de sábado e as 23:00 horas de domingo, hora legal Portuguesa. Esta interdição não é aplicável à pesca do meixão com tela e atividades das pesqueiras.

2 — É proibido o exercício da pesca submarina em todo o Troço Internacional do Rio Minho (TIRM).

3 — É proibido o exercício da pesca profissional e pesca lúdica/desportiva na zona compreendida entre a foz do rio Trancoso ou *Barjas*, definida pela linha que une as posições 42°9.243'N — 008°11.886'W e 42°9.272'N — 008°11.900'W, e a linha que une a primeira pesqueira a jusante da praia de Cevide, na margem Portuguesa, com a primeira pesqueira na margem Espanhola, posição 42°9.150'N — 008°12.061'W e 42°9.165'N — 008°12.135'W, DATUM WGS 84.

4 — É proibido o exercício da pesca profissional e pesca lúdica/desportiva no canal de navegação do ferryboat (Caminha — La Pasaxe), durante o seu horário de funcionamento.

5 — É proibido o exercício da pesca profissional e pesca lúdica/desportiva a uma distância inferior a 15 metros dos cais, molhes, rampas de acesso de embarcações, pontões e praias de banhos devidamente sinalizadas, assim como nos seguintes locais, definidos no anexo VI:

a) Vila Nova de Cerveira.

- 1) Pedra de Eiras — frente do cais da Mota.
- 2) Pedra do Requeijo — frente à ilha dos Amores.
- 3) Pesqueira da Várzea — jusante do cais das Faias.
- 4) Poço do Castelhinho — junto às pedras do Castelo.
- 5) Poço do Goião — frente do cais de Vila Nova de Cerveira.
- 6) Poço da Atalaia — a montante de Linhares.

b) São Pedro da Torre.

- 1) Poço do Arieiro — entre a Furna e a Carvalha.
- 2) Poço do Canto da Veiga — ponta de Montorros e o esteiro de Chamosinhos.

- 3) Poço de Segadões — junto das pedras Rebolinho.
4) Poço de Valença — Pesqueira Dona Ana e a ponte.

c) Verdoejo/Friestas, Valença do Minho.

- 1) Ínsua do Conguedo.
2) Poço da Gingleta.
3) Poço do Crasto.

d) Na denominada charca de Caldelas de Tui, situada a jusante da ilha de Caldelas

e) Praias de banhos não delimitadas, até à distância de 50 metros da margem, de 15 de junho a 15 de setembro de 2017:

1) Praia da Lenta, com extensão de 70 metros (entre as posições GPS 41.º57.435'N — 008.º44.789'W e 41.º57.395'N — 008.º44.777'W — DATUM WGS 84);

2) Praia da Foz do Minho — frente fluvial com extensão de 80 metros (entre as posições GPS 41.º52.097'W — 008.º51.676'W e 41.º52.038'N — 008.º51.601'W — DATUM WGS 84);

3) Praia da Foz do Minho — frente marítima com extensão de 80 metros (entre as posições GPS 41.º52.016'N — 008.º51.822'W e 41.º51.973'N — 008.º51.827'W — DATUM WGS 84).

6 — É proibida a pesca profissional e pesca lúdica/desportiva, exercida a bordo das embarcações e da margem, a uma distância inferior a 5 metros das áreas definidas como fundeadouros.

7 — É permitida a apanha de poliquetas, vulgarmente conhecidos por minhoca-da-pesca, casulos (*Hediste diversicolor*, *Diopatra neapolitana*, *Lumbrineris impatiens* e *Arenicola marina*), limitada a 100 gramas por apanhador por dia e apenas com recurso a utensílios vulgarmente denominados por pá ou enxada de cabo curto, devendo o apanhador estar munido da respetiva licença de pesca lúdica/desportiva ou profissional.

8 — É permitida a pesca do salmão durante a temporada 2016/2017, finda a qual, de acordo com o n.º 1 do artigo 14.º do RPTIRM, será novamente reavaliada e acordada a conveniência de prorrogar ou não esta autorização.

9 — Permanece autorizada a utilização da tela para a pesca do meixão durante a temporada 2016/2017, uma vez finalizada, de acordo com o n.º 2 do artigo 9.º do RPTIRM, será novamente reavaliada e acordada a conveniência de prorrogar ou não esta autorização.

10 — Para a temporada 2016/2017 é proibido o uso da arte de pesca denominada peneira ou rapeta a partir da margem, exceto se utilizada, em exclusivo, pelo patrão da embarcação licenciada para a pesca de meixão com tela.

11 — De forma a facilitar a implementação do Regulamento n.º 1100/2007 da Comunidade Europeia, que estabelece as medidas para a recuperação da população de enguia europeia, fica proibida a pesca de meixão a montante da linha que une os fundeadouros de Montorros, na margem Portuguesa, com o de Amorim, na margem Espanhola, linha definida pela união das seguintes posições:

Margem Portuguesa: 41.º59.416'N — 008.º41.011'W — DATUM WGS 84.

Margem Espanhola: 41.º59.483'N — 008.º40.946'W — DATUM WGS 84.

As embarcações de pesca cujos fundeadouros se situem a montante da linha acima definida, podem transitar para locais nos quais a pesca de meixão esteja autorizada com as artes devidamente estivadas a bordo.

12 — De acordo com o estabelecido no Regulamento n.º 1100/2007 da Comunidade Europeia, que estabelece as medidas para a recuperação da população de enguia europeia, fica proibida a captura de enguia na pesca profissional e na pesca lúdica/desportiva.

13 — É permitida a utilização de camaroeiros e artes similares na pesca profissional e pesca lúdica/desportiva como equipamento de apoio.

14 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, considera-se exercício da pesca, lançar, manter a bordo, operar e recolher da água artes de pesca, capturar de qualquer forma espécies marinhas e fluviais, bem como, manter, depositar ou operar artes de pesca nas pesqueiras. Por espécies marinhas e fluviais entendem-se todos os animais ou plantas que passem na água salgada, salobra ou doce uma parte significativa do seu ciclo de vida.

15 — É proibido manter, depositar ou transportar nas margens do TIRM ou em embarcações nela enclachadas ou fundeadas artes de pesca com características ilegais ou fora do respetivo período hábil, o incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM. Para efeitos de preparação e manutenção das artes previstas no RPTIRM, é permitido o seu depósito fora do período hábil, exclusivamente na margem, nos sete dias anteriores e posteriores ao período hábil.

16 — É proibido o depósito e o transporte de artes, apetrechos e utensílios de pesca não identificados nas margens do TIRM. O in-

cumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM.

17 — É proibido transportar ou manter a bordo artes de pesca fora da respetiva época, local ou período de pesca, o incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 35.º do RPTIRM. Excetua-se o tresmalho, que pode ser transportado de segunda-feira a sábado fora da sua hora de operação, desde que, ensacado, identificado e estivado em condições que não permita a sua operação. Excetua-se também a tela do meixão que pode ser transportada a bordo a jusante do enfiamento definido pelas linhas, na margem Portuguesa, mastro de sinais do posto de fiscalização da Foz, situado na ponta do Cabedelo (41.º52.061'N — 008.º51.718'W — DATUM WGS 84), na margem Espanhola, farolim do enfiamento da entrada da barra situado na Pedra do Paracan (41.º52.330'N — 008.º52.107'W — DATUM WGS 84).

18 — É permitida a captura com cana, linha e apanha de espécies marinhas diferentes das listadas nos anexos I e II ao presente Edital a jusante do canal de navegação do ferryboat (Caminha — La Pasaxe). Nestes casos, as espécies capturadas devem respeitar os tamanhos mínimos definidos na legislação comunitária.

19 — É autorizado o trânsito no TIRM a embarcações de pesca profissional com licença de pesca para águas oceânicas, desde que, mantenham as respetivas artes devidamente estivadas a bordo e em condições que não permitam a sua utilização. Da mesma forma, é autorizado o trânsito no TIRM a embarcações de recreio com artes de pesca lúdica a bordo, apenas com licença de pesca lúdica em águas oceânicas, desde que, devidamente estivadas, desmontadas e mantidas a bordo em condições que não permitam a sua utilização.

20 — As guias referidas no n.º 3 do artigo 14.º do RPTIRM podem ser substituídas pelo diário de pesca, desde que, o mesmo seja visado pelas autoridades competentes de cada país, independentemente da nacionalidade da embarcação. No caso das pesqueiras e dos pescadores desportivos, terão que cumprir integralmente com o previsto no n.º 3 do artigo 14.º do RPTIRM.

21 — Os períodos hábeis de pesca referidos no anexo I e II iniciam às 23:00 horas, hora legal Portuguesa, da véspera do dia indicado e terminam às 23:00 horas, hora legal Portuguesa, do dia indicado.

II. Pesca profissional por embarcação

22 — As redes e os aparelhos permitidos na atividade da pesca profissional no TIRM, em alternativa ao estipulado na alínea a) do n.º 2 do artigo 15.º, podem ser sinalizados, durante o dia e em cada extremidade, com uma boia de cor laranja, amarela ou vermelha, com um diâmetro mínimo de 30 cm.

23 — As redes e os aparelhos permitidos na atividade da pesca profissional no TIRM devem ser sinalizados, durante a noite e em cada extremidade, com uma luz visível em todo o horizonte com as seguintes características:

- a) De cor verde o tresmalho, conforme definido no n.º 1 do anexo ao RPTIRM;
- b) De cor branca a tela de meixão, conforme definida no n.º 8 do anexo ao RPTIRM;
- c) De cor vermelha as restantes artes de pesca permitidas no TIRM, conforme definidas nos números 2, 3, 4, 5, 6 e 12 do anexo ao RPTIRM;

24 — É obrigatório identificar, de forma legível, as bóias, bandeiras e suportes da sinalização luminosa de todas as artes de pesca profissional do TIRM, com o conjunto de identificação da embarcação a que pertencem. Também é obrigatório identificar, de forma facilmente visível, as artes estivadas ou ensacadas que não estejam associadas a boias, bandeiras ou suportes da sinalização luminosa.

25 — As boias, bandeiras e luzes de sinalização das artes de pesca devem ser sempre visíveis, independentemente das condições meteorológicas, a partir da embarcação da qual estão a ser operadas, o incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM.

26 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, esclarece-se que as embarcações de pesca profissionais só poderão sair do seu local habitual de atracação/amarração dentro das horas previstas para o exercício da atividade de pesca, o incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM. A utilização de uma embarcação de pesca profissional numa atividade diferente da atividade de pesca necessita a devida autorização, a emitir pela Capitania do Porto de Caminha.

27 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, esclarece-se que é permitido manter a bordo das embarcações de pesca mais do que uma rede de pesca, no entanto, apenas é permitido pescar com uma dessas artes, excetua-se o palangre ou espinhel que pode ser utilizado simultaneamente com outra rede de pesca, o incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM.

28 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, esclarece-se que não é permitido abandonar, soltar ou colocar na água, sem vigilância, qualquer arte de pesca profissional por embarcação, exceto o palangre e espinheis, o incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM.

29 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, esclarece-se que não é permitido um afastamento superior a 25 metros entre as embarcações e as artes que estão a operar, exceto palangres e espinheis, o incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM.

30 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, esclarece-se que os dois terços da distância entre as duas linhas de terra firme mais próximas, referidos no artigo 17.º do RPTIRM, correspondem ao somatório das distâncias livres medidas desde ambas as margens até aos extremos das artes de pesca.

31 — Não é permitida a pesca com o palangre e espinheis a montante da ponte internacional Vila Nova de Cerveira — *Tomilho* (Espanha).

32 — Cada palangre ou espinhel não pode conter mais de 500 anzóis.

33 — É proibida a utilização da arte de pesca denominada de nassas e engueira.

34 — Face à diminuição da quantidade de Solhas declaradas na lota nas últimas temporadas, como medida preventiva, suspende-se durante a temporada de 2016-2017 o uso da Varga da Solha, esta suspensão será reavaliada anualmente em função da evolução da medida implementada.

35 — Mantém-se a proibição da utilização da arte de pesca denominada lampreeira fabricada com fio de sedilha em todo o TIRM. Adicionalmente, é proibida a utilização de qualquer arte de pesca fabricada com fio de sedilha multifilamento em todas as artes de pesca definidas no anexo ao RPTIRM.

36 — A arte de pesca denominada Lampreeira não pode ter malha inferior a 70 mm nem superior a 90 mm de diagonal.

37 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, esclarece-se que a captura de espécies com artes diferentes das mencionadas no anexo I é aplicável a sanção prevista no n.º 4 do artigo 35.º do RPTIRM. As artes definidas no anexo I apenas podem capturar as espécies previstas para a mesma não sendo permitida a captura de espécies diferentes. Nos casos em que se verifique a captura accidental de outras espécies, devem as mesmas ser imediatamente devolvidas ao rio, o incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 35.º do RPTIRM.

38 — É proibido o exercício da pesca profissional, exceto a pesca com cana e linha, a montante da extremidade mais a jusante do grupo de ilhas do Verdoejo (linha definida pela união das seguintes posições: 42.º03.184'N — 008.º36.116'W na margem Portuguesa e 42.º03.358'N — 008.º36.209'W na margem Espanhola — DATUM WGS 84) até à linha definida pela torre do castelo da Lapela (Portugal) e a igreja do Porto (Espanha). No entanto, as embarcações de pesca cujos fundeadouros se situem a montante da linha acima definida, podem transitar para locais nos quais a pesca esteja autorizada, desde que não façam uso das artes de pesca e as mesmas se encontrem devidamente acondicionadas, estivadas e identificadas.

39 — Nos termos do n.º 3 do artigo 7.º conjugado com a alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, é autorizada a pesca com um só tripulante, em embarcações de pesca profissionais, comprovado através de documento escrito e visado pelo Capitão do Porto de Caminha, aos marítimos que cumpram cumulativamente os seguintes requisitos:

a) Tenham a categoria de arrais;

b) Tenham matriculados no rol de tripulação da embarcação com a função de arrais;

c) Tenham idade igual ou inferior a 65 anos na data de entrega do requerimento;

Os marítimos autorizados são obrigados, por razões de segurança, a exercer a atividade de pesca a montante da linha definida pelas seguintes marcas:

1) Margem Portuguesa: Mastro de sinais do Posto de Fiscalização da Foz, situado na ponta do Cabedelo (41.º52.061'N — 008.º51.718'W) (DATUM WGS 84).

2) Margem Espanhola: Farolim do enfiamento da entrada da Barra situado na Pedra do Paracan (41.º52.330'N — 008.º52.107'W) (DATUM WGS 84).

As infrações ao disposto neste número são sancionadas de acordo com o artigo 37.º do RPTIRM.

40 — As tripulações das embarcações de pesca devem envergar permanentemente os respetivos coletes de salvação, exceto quando a embarcação se encontrar encalhada, amarrada ou fundeada em áreas convencionalmente utilizadas para embarque e desembarque de tripulações. Os coletes de salvação podem ser substituídos por auxiliares de flutuação individuais, tanto os coletes de salvação como os auxiliares

de flutuação individuais devem cumprir com os requisitos de segurança definidos pela EN ISO 12402-3 (EN396). O incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o artigo 37.º do RPTIRM.

41 — Não é permitida a pesca com redes fixas ou fundeadas a jusante da linha definida pelas seguintes marcas:

a) Margem Portuguesa: Mastro de sinais do Posto de Fiscalização da Foz, situado na ponta do Cabedelo (41.º52.061'N — 008.º51.718'W) (DATUM WGS 84).

b) Margem Espanhola: Farolim do enfiamento da entrada da Barra situado na Pedra do Paracan (41.º52.330'N — 008.º52.107'W) (DATUM WGS 84).

42 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, esclarece-se que a licença de pesca profissional é válida para o exercício da pesca com canas e linhas desde a embarcação de pesca, nesta modalidade, as embarcações são obrigadas a cumprir com as regras definidas para a pesca lúdica/desportiva, nomeadamente, zonas de proibição de pesca, definidas no anexo VI, períodos hábeis, definidos no anexo II e não podem ter outra arte de pesca a bordo. A embarcação mantém o seu estatuto de embarcação de pesca profissional e é obrigada a cumprir com as restantes regras aplicáveis à pesca profissional, nomeadamente, os períodos de proibição, rol de tripulação, lotação, preenchimento do diário de pesca.

43 — Ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do artigo 4.º do RPTIRM, como medida de controlo das capturas efetuadas no TIRM, os padrões das embarcações de pesca profissional, titulares de licença de pesca profissional, são obrigados a preencher o diário de pesca de acordo com as instruções indicadas no anexo IV.

44 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, entende-se que o preenchimento incorreto ou deficiente equivale à não existência do diário de pesca. As infrações relativas ao diário de pesca do TIRM, bem como, o incumprimento do prazo de entrega estabelecido no anexo IV são punidos nos termos do artigo 37.º do RPTIRM.

45 — Com o objetivo de facilitar as medidas contempladas no ponto 8.3 do Plano de Gestão da Enguia Europeia, a captura de meixão fica limitada a 3 quilogramas por dia e pescador a bordo. No caso de, desde a hora de largada até à hora de chegada da embarcação, houver lugar à mudança de dia, a captura de meixão mantém-se limitada a 3 quilogramas por pescador a bordo. O incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM.

46 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, para efeitos do n.º 2 do artigo 31.º, o proprietário da embarcação assume as responsabilidades do patrão quando estas não disponham de tripulantes matriculados.

III. Pesqueiras

47 — Os botirões e cabaceiras empregues na pesca do sável, salmão, truta e savelha têm como malha mínima 120 mm de diagonal.

48 — Os botirões e cabaceiras empregues na pesca da lampreia não podem ter malha inferior a 60 mm nem superior a 80 mm de diagonal.

49 — É proibida a utilização de botirões e cabaceiras destinados à pesca da lampreia fabricados com fio de sedilha.

50 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, para efeitos do disposto no artigo 23.º do RPTIRM, considera-se como margem o pontal das pesqueiras.

51 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, esclarece-se que no n.º 11 do anexo ao RPTIRM, a forma de uso, em vez de se ler “bocas” deve-se ler “pontal”.

52 — Com o objetivo de melhorar o controlo das capturas nas pesqueiras é obrigatório, no processo de licenciamento, fazer entrega da declaração da estatística do pescado da temporada anterior de acordo com o impresso de anexo VII.

53 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, as pesqueiras que apenas renovem o certificado de registo para evitar perder o direito ao exercício da pesca e não solicitem a correspondente licença de pesca, consideram-se em exploração e obrigatoriamente devem ter um patrão nomeado.

IV. Pesca desportiva

54 — O exercício da pesca lúdica/desportiva está sujeita a licenciamento. Ficam isentos da licença de pesca lúdica/desportiva, os indivíduos menores de 16 anos, quando acompanhados de quem por eles se responsabilizem, pais ou tutores, desde que possuidores de licença de pesca lúdica/desportiva válida no TIRM.

55 — É proibido, na pesca lúdica/desportiva, utilizar em simultâneo mais do que 2 canas ou linhas por pescador com licença, cada cana ou linha pode dispor no máximo de 3 anzóis. Podem ser transportadas a bordo mais canas ou linhas para além das utilizadas, desde que, devidamente estivadas, desmontadas e mantidas a bordo em condições que não permitam a sua utilização.

56 — É proibido o exercício da pesca lúdica/desportiva a uma distância inferior a 15 metros dos cais, molhes, pontões, rampas de acesso de

embarcações, praias de banhos e locais proibidos definidos no parágrafo 5 deste Edital. Esta medida não se aplica, na pesca lúdica/desportiva, nos cais, molhes e pontões fora do período balnear compreendido entre 15 de junho a 15 de setembro 2017, no entanto, em caso algum, o exercício da atividade de pesca lúdica/desportiva, poderá interferir com as embarcações que pretenda fazer uso destas infraestruturas.

57 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, considera-se cana de pesca o aparelho de anzol constituído por uma linha que contenha anzóis simples ou múltiplos, que é manobrado por intermédio de uma cana ou vara, equipada, ou não, com tambor ou carreto.

58 — Os anzóis triplos são permitidos apenas nas amostras e peixes artificiais, com as seguintes limitações:

- a) Amostras: Não podem ter mais que um anzol triplo;
- b) Peixes artificiais: Não podem ter mais do que dois anzóis triplos.

59 — Os aparelhos de anzol simples e os anzóis triplos das amostras e dos peixes artificiais, não podem, em qualquer circunstância, ter uma abertura inferior a 6 mm nem superior a 10 mm. Os peixes artificiais, excluindo as ferragens, não podem ser inferiores a 7 cm, medidos desde a boca até ao final da barbatana caudal.

60 — No período compreendido entre 1 de agosto de 2016 e 18 de março de 2017 está proibida a pesca desportiva com amostras e peixes artificiais (“tipo rapala”), com exceção dos iscos de vinil e *poppers*.

61 — É obrigatória a marcação dos exemplares capturados na pesca lúdica/desportiva, imediatamente após a captura, através da aplicação de um corte na respetiva barbatana caudal conforme indicado no anexo V, o incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM.

62 — Os pescadores lúdicos/desportivos, devidamente licenciados, podem capturar lagostins com os seguintes condicionalismos:

- a) Podem ser utilizados camaroeiros ou aparelhos similares com diâmetro máximo de 80 cm e com malha não inferior a 30 mm de diagonal;
- b) A captura apenas pode ser efetuada a partir da margem e entre o nascer e o pôr-do-sol;
- c) Não é permitido abandonar, soltar ou libertar na água, sem qualquer vigilância os camaroeiros ou aparelhos similares;
- d) Cada pescador não pode utilizar mais do que 2 camaroeiros ou aparelhos similares.

63 — Sempre que uma embarcação esteja a exercer a atividade de pesca lúdica/desportiva, recomenda-se que todos os tripulantes enverguem o colete de salvação ou auxiliar de flutuação individual.

V. Licenciamento

64 — Os critérios de licenciamento da atividade da pesca profissional no Troço Internacional do Rio Minho (TIRM) encontram-se previstos no Edital n.º 400/2016 da Capitania do Porto de Caminha (Condições de Renovação das Licenças de Pesca Profissional por Embarcação no Troço Internacional do Rio Minho), publicado no *Diário da República*, 2.ª série — n.º 88 — 6 de maio de 2016 e no sítio Internet da Capitania do Porto de Caminha:

<http://www.amn.pt/DGAM/Capitanias/caminha/Paginas/capitania-do-porto-de-caminha.aspx>

65 — Os marítimos que não reúnam as condições previstas na alínea c) do n.º 39, podem, em alternativa, para efeitos de obtenção de licença, apresentar um atestado médico favorável da especialidade em medicina do trabalho;

66 — De acordo com o Plano de Gestão da Enguia Europeia no Troço Internacional do Rio Minho, aprovado pela Comissão Europeia em 21 de maio de 2012, o número de licenças de pesca de meião para o ano de 2017 fica limitado a 200. Para o efeito, ficam definidos os seguintes critérios, por ordem decrescente de prioridade, para atribuição da licença:

- a) Cumprir com os critérios previstos no Edital n.º 400/2016 da Capitania do Porto de Caminha (Condições de Renovação das Licenças de Pesca Profissional por Embarcação no Troço Internacional do Rio Minho);
- b) Armadores ou detentores de exploração de embarcações registadas na Capitania do Porto de Caminha;
- c) Ter obtido licença de pesca de meião no ano anterior;
- d) Ordem de inscrição na Capitania do Porto de Caminha ou Delegação Marítima de Vila Praia de Ancora.

67 — A emissão da licença de pesca para as pesqueiras é obrigatoriamente solicitada pelo respetivo patrão, junto com o respetivo requerimento, é obrigatório entregar a escala de redagem caso haja alterações. A escala de redagem tem que conter a identificação das pessoas autorizadas a redar a pesqueira e as respetivas datas. A emissão da licença fica condicionada à entrega da declaração da estatística do pescado

da temporada anterior, para o efeito, deve ser utilizado o impresso do anexo VII.

68 — A pesca lúdica/desportiva na área de jurisdição da Capitania do Porto de Caminha obedece ao seguinte licenciamento:

a) Área marítima (desde o forte do Cão até à fronteira) — Apenas é válida a licença da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM);

b) Rio Ancora (até à ponte ferroviária) — Apenas é válida a licença da DGRM;

c) Rio Coura (desde a confluência com o rio Minho até à ponte de Vilar de Mouros) — Apenas é válida a licença da DGRM;

d) Rio Minho (De acordo com o artigo 43.º RPTIRM, é o troço internacional do rio, compreendido entre a confluência com o rio Trancoso até à linha imaginária definida pela fachada oeste do hotel da praia do Molino em Espanha, farol da Insua e a marca da ponta Ruiva em Portugal):

1) Pesca lúdica/desportiva exercida desde embarcações e ilhas internacionais — Apenas é válida a licença da Capitania do Porto de Caminha;

2) Pesca lúdica/desportiva exercida desde terra firme — É válida uma das seguintes licenças:

- i) Da Capitania do Porto de Caminha;
- ii) Da DGRM (Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos);
- iii) Do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas).

Entende-se por terra firme, de acordo com o n.º 1 do artigo 2.º do RPTIRM, o terreno das margens do TIRM que na máxima baixa-mar não fique coberto ou circundado de água. Considera-se também terra firme as ilhas que no Tratado de Limites estão atribuídas a Portugal nomeadamente ilha da Boega, ilha dos Amores, ilha de S. Pedro ou Lenta e ilha do Conguedo.

Enquanto não ficar decidida a questão da nacionalidade, em sede da Comissão Internacional de Limites, são consideradas ilhas internacionais, onde também são válidas as licenças de pesca desportiva Espanholas, as ilhas Varandas ou Canosa de Arriba, Morraceira de Lanhelas ou Pozas, Morraceira de Seixas, Morreceira do Grilo ou Vimbres, Culo de Puerco de Arriba e Culo de Puerco de Abajo e novos bancos de areia em formação.

A licença para o exercício da pesca lúdica/desportiva da Capitania do Porto de Caminha, pode ser obtida, mediante a identificação do utente e pagamento da respetiva licença, da seguinte forma:

Ao balcão de atendimento;
Através da Capitania *online*; <https://caponline.amn.pt/caponline/ia-min.jsp>

Pelo correio eletrónico; capitania.caminha@amn.pt
Informação sobre obtenção e tipos de licenças da DGRM disponível no seguinte *link*:

http://www.dgrm.min-agricultura.pt/xportal/xmain?xid=dgrm&xpid=genericPageV2&conteudoDetalhe_v2=170183

Informação sobre obtenção e tipos de licenças do ICNF disponível no seguinte *link*:

<http://www.icnf.pt/portal/pesca/pdesportiva/licencas/lic-pescadesportiva>

VI. Disposições finais

69 — Em anexo a este Edital constam:

- a) Anexo I — Períodos hábeis da pesca profissional e pesqueiras no TIRM;
- b) Anexo II — Períodos hábeis de pesca lúdica/desportiva no TIRM;
- c) Anexo III — Quadro das dimensões mínimas de captura das espécies do TIRM;
- d) Anexo IV — Modelo do diário de pesca a utilizar no TIRM, instruções e prazos;
- e) Anexo V — Método de corte da barbatana caudal;
- f) Anexo VI — Locais proibidos de pesca;
- g) Anexo VII — Impresso da estatística do pescado (pesqueiras).

70 — Este Edital revoga, à data da sua entrada em vigor, o Edital n.º 617/2015, da Capitania do Porto de Caminha, publicado no *Diário da República*, 2.ª série — N.º 132 — 9 de julho de 2015, exceto, os períodos hábeis de pesca para a arte de Mugeira e Solheira ou Picadeira estabelecidos no anexo I do mesmo Edital os quais se mantêm válidos até 31 de dezembro 2016.

71 — O presente Edital entra em vigor no dia 22 de outubro de 2016.

16 de agosto de 2016. — O Capitão do Porto de Caminha, *Rodrigo Gonzalez dos Paços*, capitão-tenente.

ANEXO I

Períodos hábeis da pesca profissional e pesqueiras no TIRM

ESPÉCIE	ARTE DE PESCA	ZONA DE PESCA	PERÍODO HÁBIL
Lampreia	Lampreia (Rede de 3 panos, com malha superior a 70 mm e inferior a 90 mm de diagonal, com 120 m comprimento e 70 malhas altura)	Entre a extremidade a jusante do grupo de ilhas do Verdejo e o mar	04 de janeiro a 22 de abril de 2017
	Botirão/Cabaceira (Malha de 60 a 80 mm de diagonal)	Nas Pesqueiras a montante da linha definida pela torre do castelo da Lapela e a greja do Porto	15 de fevereiro a 15 de maio de 2017
	Varga de mugem (Rede de 3 panos, com malha de 80 mm de diagonal, com 100 m comprimento e 60 malhas altura)	Entre a ponte ferroviária de Valença e o mar.	01 de agosto a 30 de setembro de 2017
Mugem Robalo	Mugeira (Rede de 1 pano, com malha de 70 mm de diagonal, com 110 m comprimento e 60 malhas altura)	Entre a ponte ferroviária de Valença e o mar.	01 de junho a 14 de dezembro de 2017
	Tresmalho (Rede de 3 panos, com malha de 140 mm de diagonal, com 120 m comprimento e 60 malhas altura)	Entre a extremidade a jusante do grupo de ilhas do Verdejo e o mar	19 de março a 25 de março de 2017 (das 19:00 às 06:00) 26 de março a 18 junho de 2017 (das 20:00 às 07:00)
Sável Truta Salmão Savelha	Botirão/Cabaceira (Malha de 120 mm de diagonal)	Nas Pesqueiras a montante da linha definida pela torre do castelo da Lapela e a greja do Porto	01 de abril a 31 de maio de 2017
Meixão	Tela (malha não inferior a 2mm, com rede de chumbos de 15 m e rede de bolas 10 m, altura 8 m, boca 2,5 m e comprimento 10 m)	Entre o fundeadoiro de Montorros e o mar	22/10/2016 a 07/11/2016 21/11/2016 a 07/12/2016 21/12/2016 a 05/01/2017 19/01/2017 a 04/02/2017
Enguia	PESCA PROIBIDA		
Robalo	Palangres e Espinheis (abertura dos anzóis nunca inferior a 6 mm e não superior a 10 mm, máximo de 500 anzóis por palangre)	Entre a ponte Vila Nova de Cerveira Goian e o mar	Todo Ano
Solha	Varga de solha (Rede de 3 panos, com malha de 70 mm de diagonal, com 80 m comprimento e 70 malhas altura)	Entre a ponte ferroviária de Valença e o mar	Arte suspensa durante a temporada 2016/2017 Nota 1
	Solheira ou Picadeira (Rede de 1 pano, com malha de 70 mm de diagonal, com 55 m comprimento e 70 malhas altura)	Entre a ponte ferroviária de Valença e o mar	01 de agosto a 14 de dezembro de 2017
Espécies permitidas na pesca desportiva	Canas e linhas	Todo o troço Internacional	Todo ano (de acordo com os períodos hábeis da pesca desportiva)

Nota 1. — Face à diminuição da quantidade de Solhas declaradas na lota nas últimas temporadas, como medida preventiva, a CPIRM suspende temporariamente o uso da Varga da Solha durante o ano de 2016/2017.

ANEXO II

Períodos hábeis de pesca lúdica/desportiva no TIRM

ESPÉCIE	ARTE DE PESCA	ZONA DE PESCA	PERÍODO HÁBIL
Mugem ou Tainha	Cana e Linha	Todo o troço Internacional do rio Minho	Todo ano
Sável Salmão Savelha	Cana e Linha	Todo o troço Internacional do rio Minho	19 de março a 30 de junho
Truta marisca Truta sapeira Truta arco-íris	Cana e Linha	Todo o troço Internacional do rio Minho	19 de março a 31 de julho
Robalo ou Lubina	Cana e Linha	Todo o troço Internacional do rio Minho	Todo ano
Barbo Boga	Cana e Linha	Todo o troço Internacional do rio Minho	Todo ano exceto 16 março a 16 de maio
Lagostim	Camareiro ou aparelhos similares (aro diâmetro máximo 80 cm e malhagem não inferior a 30mm)	Todo o troço Internacional do rio Minho	Todo ano
Perca-sol Achigã Pimpão Carpa Góbio Tenca	PESCA PERMITIDA		Todo ano (as espécies capturadas não podem ser devolvidas ao rio)
Lampreia Solha Enguia Verdema Escalo	PESCA PROIBIDA		























Máximo de 2 canas ou linhas por pescador, com o máximo de 3 anzóis.

Máximo de 2 camaroeiros ou aparelhos similares por pescador.

No período compreendido entre 1 de agosto de 2016 e 18 de março de 2017 está proibida a pesca desportiva com amostras e peixes artificiais, no entanto, é permitida a pesca com iscos em vinil e *peppers*.

ANEXO III

Quadro das dimensões mínimas de captura das espécies do TIRM

ESPÉCIE		TAMANHO MÍNIMO
Mugem ou Tainha (<i>Mugil cephalus</i>)		10 Centímetros
Sável (<i>Alosa alosa</i>)		30 Centímetros
Salmão (<i>Salmo salar</i>)		55 Centímetros
Escalo (<i>Squalius carolitertii</i>)		Pesca proibida
Boga (<i>Pseudochondrostoma duriense</i>)		10 Centímetros
Savelha (<i>Alosa fallax</i>)		20 Centímetros
Truta marisca (<i>Salmo trutta trutta</i>)		30 Centímetros
Truta sapeira (<i>Salmo trutta fario</i>)		19 Centímetros
Robalo ou Lubina (<i>Dicentrarchus labrax</i>)		36 Centímetros
Barbo (<i>Luciobarbus bocagei</i>)		20 Centímetros
Lagostim (<i>Procambarus clarkii</i>)		Quaisquer dimensões
Perca-sol (<i>Lepomis gibbosus</i>)		Quaisquer dimensões
Achigã (<i>Micropterus salmoides</i>)		Quaisquer dimensões
Pimpão (<i>Carassius auratus</i>)		Quaisquer dimensões
Carpa (<i>Cyprinus carpio</i>)		Quaisquer dimensões
Góbio (<i>Gobio lozanoi</i>)		Quaisquer dimensões
Tenca (<i>Tinca tinca</i>)		Quaisquer dimensões
Truta arco-íris (<i>Oncorhynchus mykiss</i>)		Quaisquer dimensões
Lampreia (<i>Petromyzon marinus</i>)		50 Centímetros
Solha (<i>Platichthys flesus</i>)		16 Centímetros
Enguia (<i>Anguilla anguilla</i>)		Pesca proibida
Verdemã (<i>Cobitis paludica</i>)		Pesca proibida



As dimensões são tomadas desde a extremidade anterior da cabeça, até ao ponto posterior da barbatana caudal estendida.

ANEXO IV

Modelo do diário de pesca a utilizar no TIRM, instruções e prazos

[illegible]

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

1. O diário de pesca do TIRM deve ser preenchido nas seguintes ocasiões:
 - a. Antes de atracar.
 - b. Antes de largar, caso tenha pescado a bordo em viveiro;
 - c. Ao ser iniciada uma fiscalização.
2. No momento da fiscalização preenchem-se todos os campos ainda não preenchidos, excepto a "ASSINATURA".
3. Após uma fiscalização, o agente fiscalizador assina a linha correspondente à acção de fiscalização.
4. Os campos não preenchidos devem ser trancados.

O diário de pesca é preenchido pelo patrão ou arrais da embarcação, nas seguintes circunstâncias:

1 — Antes de largar do cais ou fundeadouro para a atividade da pesca, indicando a hora de saída e a palavra “SAÍDA” na coluna “ASS”;

a) Caso a embarcação largue para a atividade de pesca com pescado em viveiro, é obrigatório proceder como indicado anteriormente, registrando esse pescado e escrever “SAÍDA/VIVEIRO” na coluna “ASS”.

2 — Ao terminar a atividade de pesca com ou sem capturas e antes de desembarcar, numa linha diferente da linha de saída indicando a hora de chegada e a palavra “CHEGADA” na coluna “ASS”;

3 — Ao ser iniciada uma ação de fiscalização, o patrão ou arrais da embarcação, preenche o diário de pesca com as quantidades de pescado capturado nesse dia na respectiva linha e coluna. Após a fiscalização, se a atividade de pesca continuar, o patrão ou arrais da embarcação abre nova linha para registrar o pescado capturado após a fiscalização:

4 — Os campos em branco são obrigatoriamente trancados.

5 — Após uma ação de fiscalização, o agente fiscalizador, assina a correspondente linha do dia que fiscalizou.

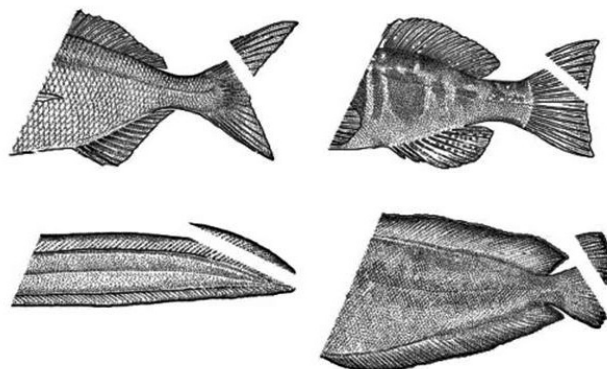
O diário de pesca, será fornecido, pela Capitania, mediante reembolso, no ato do levantamento da licença de pesca.

O original do diário de pesca deve ser entregue na Capitania entre os dias 1 e 10 de cada mês, ficando o duplicado na posse do titular da licença. No ato de entrega será visado o diário.

Caso se verifique que o diário de pesca vai ser totalmente preenchido antes do termo do período de pesca, deverá ser solicitado novo exemplar à Capitania com uma antecedência mínima de 10 dias úteis.

ANEXO V

Método de corte da barbatana caudal



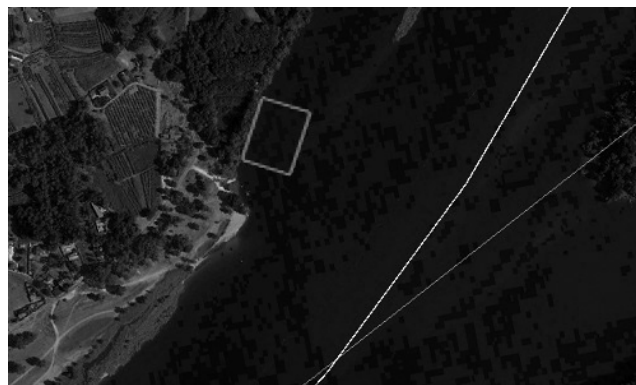
ANEXO VI

Locais proibidos de pesca

Todas as posições geográficas são referidas ao DATUM WGS-84

Vila Nova de Cerveira

Pedra de Eiras — frente do cais da Mota



Entre as posições:

41°55.550'N — 008°46.625'W; 41°55.530'N — 008°46.580'W
41°55.576'N — 008°46.544'W; 41°55.595'N — 008°46.592'W

Pedra do Requeijo — frente à ilha dos Amores



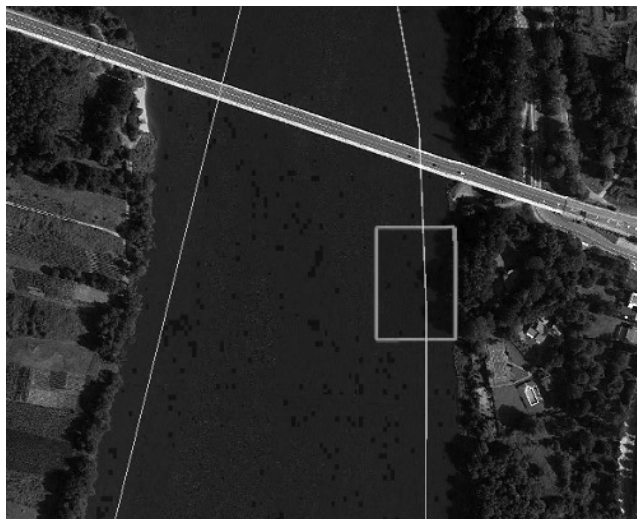
Entre as posições:

41°55.248'N — 008°46.474'W; 41°55.291'N — 008°46.477'W
41°55.291'N — 008°46.413'W; 41°55.247'N — 008°46.412'W

Pesqueira da Várzea — jusante do cais das Faias

Entre as posições:

41°55.445'N — 008°45.758'W; 41°55.492'N — 008°45.783'W
41°55.511'N — 008°45.713'W; 41°55.463'N — 008°45.689'W

Poço da Atalaia — a montante de Linhares

Entre as posições:

41°56.976'N — 008°44.704'W; 41°56.975'N — 008°44.755'W
41°57.029'N — 008°44.755'W; 41°57.029'N — 008°44.704'W

Poço do Castelinho — junto às pedras do Castelo

Entre as posições:

41°56.340'N — 008°44.963'W; 41°56.372'N — 008°44.960'W;
41°56.384'N — 008°44.991'W;
41°56.375'N — 008°45.018'W; 41°56.353'N — 008°45.027'W;
41°56.331'N — 008°44.997'W

São Pedro da Torre**Poço do Arieiro — entre a Furna e a Carvalha**

Entre as posições:

41°58.678'N — 008°43.012'W; 41°58.698'N — 008°43.033'W
41°58.800'N — 008°42.845'W; 41°58.776'N — 008°42.819'W

Poço do Goião — frente do cais de Cerveira

Entre as posições:

41°56.513'N — 008°45.057'W; 41°56.499'N — 008°44.973'W
41°56.687'N — 008°44.906'W; 41°56.707'N — 008°45.003'W

Poço do Canto da Veiga — ponta de Montorros e o Esteiro de Chamosinhos

Entre as posições:

41°59.397'N — 008°41.071'W; 41°59.434'N — 008°41.044'W
41°59.381'N — 008°40.804'W; 41°59.358'N — 008°40.800'W

Poço de Segadães — junto das pedras Rebolinho



Entre as posições:

42°0.935'N — 008°39.395'W; 42°0.941'N — 008°39.437'W
42°0.994'N — 008°39.425'W; 42°0.988'N — 008°39.382'W

Poço de Valença — Pesqueira D. Ana e a Ponte



Entre as posições:

42°1.996'N — 008°39.149'W; 42°2.086'N — 008°38.808'W e a margem Portuguesa

Verdoejo/Friestas, Valença do Minho

Ínsua do Conguedo



Entre as posições:

42°3.219'N — 008°35.857'W; 42°3.282'N — 008°35.910'W;
42°3.356'N — 008°35.846'W
42°3.385'N — 008°35.761'W; 42°3.391'N — 008°35.687'W;
42°3.353'N — 008°35.609'W
42°3.233'N — 008°35.475'W; 42°3.164'N — 008°35.322'W;
42°3.098'N — 008°35.115'W
42°3.081'N — 008°35.130'W; 42°3.062'N — 008°35.364'W

Poço da Gingleta



Entre as posições:

42°3.087'N — 008°34.965'W; 42°3.107'N — 008°34.978'W
42°3.107'N — 008°34.903'W; 42°3.081'N — 008°34.903'W

Charca de Caldelas



Em frente à ilha de Caldelas na margem Espanhola centrada na posição:

42°3.245'N — 008°34.331'W

Poço do Crasto



Entre as posições 42°3.143'N — 008°33.423'W; 42°3.143'N — 008°33.330'W e a margem Portuguesa

Cevide



Zona proibida entre a foz do rio Trancoso ou *Barjas*, definida pela linha que une as posições GPS: 42°9.243'N — 008°11.886'W e 42°9.272'N — 008°11.900'W, e a linha que une a primeira pesqueira a jusante da praia de Cevide, na margem Portuguesa, com a primeira pesqueira na margem Espanhola, posição GPS: 42°9.150'N — 008°12.061'W e 42°9.165'N — 008°12.135'W

ANEXO VII

Impresso da estatística do pescado (pesqueiras)

DECLARAÇÃO

ANO DE: _____

ESTATÍSTICA DO PESCAÇO NO RIO MINHO

EU ABAIXO ASSINADO, _____, PATRÃO DA PESQUEIRA Nº _____
DENOMINADA: _____, DECLARO PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO ARTº
8º DO DECRETO Nº 8/2008 DE 09 DE ABRIL (REG. PESCA NO RIO MINHO) QUE, NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE
REDACEM DA REFERIDA PESQUEIRA, FORAM CAPTURADAS AS SEGUINTE ESPÉCIES E RESPECTIVAS QUANTIDADES: ----

MÊS	DIAS DE PESCA	MEIXÃO (KG)	LAMPREIA (UNID.)	SÁVEL (KG)	SALMÃO (KG)	SOLHA (KG)	ENGUIA (KG)	P. BRANCO (KG)	OBS.
JANEIRO									
FEVEREIRO									
MARÇO									
ABRIL									
MAIO									
JUNHO									
JULHO									
AGOSTO									
SETEMBRO									
OUTUBRO									
NOVEMBRO									
DEZEMBRO									
TOTAIS									

CAMINHA AOS _____ DE _____ DE 200__

O PATRÃO

209828196

Marinha

Superintendência do Material

Despacho n.º 10760/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, subdelego no Chefe da Divisão de Obtenção — Direção de Abastecimento, 21690 CFR AN António Francisco Carujo Dimas, competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de 10.000,00 Euros, nos termos do disposto no Despacho n.º 9009/2016, de 04 de julho, do vice-almirante Superintendente do Material, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 134, de 14 de julho de 2016.

2 — Subdelego, também, no 21690 CFR AN António Francisco Carujo Dimas, competência para, no âmbito dos procedimentos contratuais que forem por mim autorizados, proceder à aprovação das peças do procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP, bem como, certificar com a sua assinatura digital qualificada todos os documentos obrigatórios para publicação, sob as regras constantes do Código dos Contratos Públicos e do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, relativos aos processos de aquisição conduzidos pela Direção de Abastecimento.

3 — Delego ainda, nos termos do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, no 21690 CFR AN António Francisco Carujo Dimas, na qualidade de Chefe da Divisão de Obtenção — Direção de Abastecimento, competência para acompanhar, fiscalizar e visar, no âmbito da gestão da Divisão de Obtenção da Direção de Abastecimento, todos os atos e procedimentos que haja a realizar de acordo com os processos desenvolvidos em 1, bem como, assinar o expediente correspondente e a correspondência para o exterior no âmbito das competências da Divisão de Obtenção, à exceção de tudo o que for da minha expressa competência legal ou delegada.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 14 de junho de 2016, ficando por este meio ratificados todos os atos praticados pelo Chefe da Divisão de Obtenção da Direção de Abastecimento que se incluam no âmbito da mesma.

2 de agosto de 2016. — O Diretor Interino, *Nelson Alves Domingos*, Capitão-de-mar-e-guerra de Administração Naval.

209828869

Superintendência do Pessoal

Despacho n.º 10761/2016

Manda o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 72.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio), após despacho conjunto n.º 5505-B/2015, de 22 de maio, do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 25 de maio de 2015, e retificado pela Declaração de Retificação n.º 397-A/2015, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 26 de maio de 2015, cessar a demora na promoção, de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 67.º e promover por antiguidade ao posto de cabo, em conformidade com o previsto na alínea b) do artigo 250.º do mesmo estatuto, a primeiro-marinheiro da classe de radaristas 9308699, Carla Sofia Campos Azevedo Prates (supranumerário), que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respetivamente, nos artigos 58.º e 251.º do mencionado estatuto, a contar de 7 de fevereiro de 2012, data a partir da qual lhe conta a respetiva antiguidade, de acordo com o n.º 2 do artigo 176.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 72.º, ambos daquele estatuto. A promoção produz efeitos remuneratórios no dia seguinte ao da publicação do presente despacho, nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, ficando colocado na 1.ª posição remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Esta praça, uma vez promovida, deverá ser colocada na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 9335404 cabo R André João da Costa Rosa e à direita da 9323001 cabo R Isa Filipa Mendes Costa.

24 de agosto de 2016. — O Diretor de Pessoal, em suplência do Superintendente do Pessoal, por falta de titular no cargo, *Jorge Manuel Novo Palma*, Contra-almirante.

209827401

Despacho n.º 10762/2016

Manda o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 72.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio), após despacho conjunto n.º 5505-B/2015, de 22 de maio, do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 25 de maio de 2015, e retificado pela Declaração de Retificação n.º 397-A/2015, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 26 de maio de 2015, cessar a demora na promoção, de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 67.º e promover por antiguidade ao posto de cabo, em conformidade com o previsto na alínea b) do artigo 250.º do mesmo estatuto, o primeiro-marinheiro da classe de eletricitas 9320002, Rui Manuel Antunes da Silva Machado (supranumerário), que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respetivamente, nos artigos 58.º e 251.º do mencionado estatuto, a contar de 4 de agosto de 2015, data a partir da qual lhe conta a respetiva antiguidade, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 176.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 72.º, ambos daquele estatuto. A promoção produz efeitos remuneratórios no dia seguinte ao da publicação do presente despacho, nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, ficando colocado na 1.ª posição remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Esta praça, uma vez promovido, deverá ser colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 9307703 cabo E Fábio